

DIREÇÃO-GERAL DO CONSUMIDOR

Processo nº. 12 / DGC / 2013

Imitações de géneros alimentícios Sabonetes em forma de frutos (033PT –0009E0424P12)

DELIBERAÇÃO

PRODUTO		
1.	Categoria de produtos	Produtos cosméticos e de higiene corporal
2.	Denominação do produto	Sabonetes
3.	Código e lote	Ref. 088362/ 87228/EAN 5028197872885
4.	Marca	The Body Shop
5.	Características do produto / da categoria de produtos	Embalagem com 5 sabonetes, com o formato, cor e cheiro a frutos - morango, limão, banana, pêsego e maçã - (5x25g).
6.	Público a que se destina	A todos os consumidores em geral.
ENQUADRAMENTO LEGAL OU NORMATIVO		
7.	Legislação relevante	<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei nº. 150/90, de 10 de Maio; Decreto-Lei n.º 69/2005, de 17 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 38/2012, de 10 de abril.
8.	Regulamentos/ Normas aplicáveis ao produto	<p>O produto foi ensaiado de acordo as normas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - NEN-EN-716-2:2008; - EN 71-1. <p>O produto foi, igualmente, ensaiado de acordo com a metodologia SOP CHE01-WV481, para deteção de detergente.</p>
AGENTES ECONÓMICOS		
9.	Origem/ Identificação do fabricante	<p>País de origem: Reino Unido</p> <p>Identificação do fabricante: Não identificado</p> <p>Identificação do Importador: Não identificado</p>
10.	Identificação do distribuidor	DIBEL, S.A., Praça Mouzinho de Albuquerque, 113, 3.º, sala 314, 4100-359 Porto.
11.	Forma de comercialização/ canal de distribuição	<p>Venda a retalho.</p> <p>Retalhista identificado: Body Shop, Centro Comercial MarShopping, Avenida Arquiteto Fernando Távora, 481,4450-337 Leça da Palmeira.</p>

DILIGÊNCIAS EFETUADAS		
12.	Exames ou perícias e pareceres efetuados, com indicação da entidade responsável e respetivas conclusões	<p>No âmbito de uma ação comunitária conjunta de vigilância de mercado (referida no ponto 19. desta deliberação), o produto foi ensaiado pela Netherlands Food and Consumer Product Safety Authority (NFCPSA), de acordo com a norma NEN-EN-716-2:2008 (ponto 5.5 – ensaio de resistência à mordedura) e norma EN 71-1 (ponto 8.2 - cilindro de pequenas peças) – Segurança de Brinquedos – Propriedades mecânicas e físicas. O produto foi, igualmente, ensaiado de acordo com a metodologia SOP CHE01-WV481, para deteção de detergente.</p> <p>A NFCPSA remeteu, em 16.08.2012, o <u>relatório de ensaios</u> com as seguintes referências: Code: PT – 33, Internal Code: 54758936, de onde se extrai que o produto não cumpre os requisitos do ponto 5.5 da norma NEN-EN-716-2:2008 e do ponto 8.2 da norma NP EN 71-1. De acordo com o relatório de ensaios, a amostra sabonete foi submetida ao ensaio de resistência à mordedura tendo-se soltado uma pequena parte do produto, a qual entra completamente no cilindro de peças pequenas. Extrai-se, também, que <u>foi detetada a presença de detergente no produto.</u></p>
13.	Medidas já adotadas	
14.	Não conformidades	As referidas no ponto 12 da presente deliberação.
15.	Riscos	<p>Com base no relatório de ensaios elaborado pela NFCPSA e atendendo às não conformidades detetadas, o produto é suscetível de apresentar riscos para a saúde e segurança dos consumidores, nomeadamente de sufocação ou asfixia (por originar peças pequenas que entram completamente no cilindro de pequenas peças), de pneumonia química (por conter detergente) e por ser suscetível de induzir os consumidores, em particular crianças de tenra idade, a confundi-lo com géneros alimentícios (frutos).</p> <p>Com base no relatório de ensaios elaborado pela NFCPSA e considerando que o produto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - origina peças pequenas que entram completamente no cilindro de pequenas peças; - contém detergente; e - é suscetível de induzir os consumidores, em particular crianças de tenra idade, a confundi-lo com géneros alimentícios (por exemplo frutos), <p>o produto pode por isso apresentar riscos de sufocação / asfixia ou pneumonia química.</p>
16.	Acidentes ou incidentes registados	Não se tem conhecimento.
OUTRAS INFORMAÇÕES		
17.	Entidade que suscitou a questão da perigosidade	No âmbito da ação comunitária conjunta de vigilância de mercado, referida no ponto 19. desta deliberação, a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica procedeu à colheita do produto no mercado.
18.	Avaliação de risco	Foi efetuada uma avaliação do risco, de acordo com critérios uniformemente adotados por todos os Estados membros participantes na ação conjunta referida, e à luz da metodologia proposta pela

		<p>Comissão Europeia. Dessa avaliação resulta que o risco de lesões apresentado pelo produto é de “risco baixo”, considerando os seguintes fatores:</p> <p><u>No cenário 1</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - a probabilidade de uma criança se encontrar sem a vigilância de um adulto é “média”; - a probabilidade de a criança morder o sabonete e de tentar engoli-lo “elevada”; - a probabilidade de pequenas partes de sabonete se alojarem na laringe da criança e de bloquearem parcialmente as vias respiratórias é “muito baixa”; - a probabilidade da criança asfixiar é “muito baixa”. <p><u>No cenário 2</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - a probabilidade de um consumidor confundir o produto com um fruto é “média”; - a probabilidade de um consumidor morder e engolir um pequeno bocado do produto é “média”; - a probabilidade de o produto causar reação adversa no organismo do consumidor de esta vomitar é “muito baixa”; - a probabilidade de resíduos do produto irem para os pulmões e de causarem pneumonia química é “muito baixa”. <p>Conjugando todos estes fatores, obtém-se a classificação de “risco baixo”.</p>
19.	Observações complementares	<ul style="list-style-type: none"> - Está em curso uma ação comunitária conjunta de vigilância do mercado sobre “Imitações de géneros alimentícios”, apoiada financeiramente pela Comissão Europeia e que conta com a participação da Áustria, Chipre, Eslováquia, Grécia, Holanda, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Noruega, Polónia e Portugal. A nível nacional participam a Direção-Geral do Consumidor e a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica. <p>Efetuada a audiência dos interessados, ao abrigo dos n.ºs. 1 dos artigos 100.º e 101.º ambos do Código de Procedimento Administrativo, o operador económico não se pronunciou.</p>
DELIBERAÇÃO		
20.		<p>Tendo em conta os pontos acima mencionados e, porque cumpre salvaguardar a saúde e a segurança dos consumidores, permitindo apenas que circulem no mercado produtos seguros, ou seja, produtos que, em condições de uso normal ou razoavelmente previsível, não apresentem quaisquer riscos ou apresentem apenas riscos reduzidos, compatíveis com a sua utilização e considerados aceitáveis de acordo com um nível elevado de proteção da saúde e segurança dos consumidores e por se tratar de uma prática comercial que não pode ser incentivada, a Direção-Geral do Consumidor, no âmbito das suas atribuições, delibera:</p> <p>a) No âmbito do n.º. 1 e da alínea a) do n.º. 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º. 150/90, de 10 de Maio e nos termos da alínea k) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 38/2012, de 10 de</p>

		<p>abril, recomendar ao agente económico “DIBEL, S.A., Praça Mouzinho de Albuquerque, 113, 3.º, sala 314,4100-359 Porto”, que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • cumpra as regras de segurança previstas na lei; • evite comercializar produtos que não sendo géneros alimentícios possuam, nomeadamente, o aspeto, a forma, a cor, o cheiro, o acondicionamento, a rotulagem, o volume, as dimensões, ou qualquer combinação destas características, que sejam suscetíveis de induzir os consumidores, em especial crianças, a confundi-los com produtos alimentares, e, por esse motivo, os levem à boca, os chupem, ingiram ou aspirem, com eventuais riscos de asfixia, sufocação, intoxicação, perfuração ou obstrução do aparelho digestivo; <p>b) Proceder ao arquivamento do presente processo, salvaguardando-se a sua reabertura caso sejam apresentados novos elementos;</p> <p>c) Comunicar o teor da presente deliberação à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, à Inspeção Regional das Atividades Económicas da Região Autónoma dos Açores e à Inspeção Regional das Atividades Económicas da Região Autónoma da Madeira;</p> <p>d) Tornar pública a presente deliberação.</p>
21.	Data	27 de fevereiro de 2013